Apresentação

Edward MacRae

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MACRAE, E. Apresentação. In: SAAD, L. “*Fumo de negro*”: a criminalização da maconha no pós-abolição [online]. Salvador: EDUFBA, 2019, pp. 11-13. Drogas: clínica e cultura collection. ISBN: 978-65-5630-297-3.
<https://doi.org/10.7476/9786556302973.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](#).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](#).

APRESENTAÇÃO

Durante as últimas décadas do século XX o uso da maconha difundiu-se enormemente pelo mundo. Antes vista como uma droga exótica, de uso localizado principalmente no Oriente e entre indígenas e mestiços mexicanos, a partir da década de 1960 ficou identificado com as práticas contestatórias dos jovens de classe média, inicialmente na América do Norte e na Europa Ocidental. Lembremos que nessa época grandes setores da juventude, especialmente estudantes e outros membros da classe média se levantavam em protesto contra a guerra no Vietnã, contra o racismo e, no contexto da guerra fria entre os mundos capitalista e socialista, contra a corrida armamentista, vista como ameaça à própria sobrevivência da humanidade. Nesse turbilhão cultural também se começou a colocar em questão os papéis de gênero tradicionais e a própria heteronormatividade ainda dominante até entre os contestadores. Uma maneira efetiva de lidar com esses jovens era perseguir e criminalizar suas práticas emblemáticas, principalmente o uso de drogas como a maconha e o LSD. Ficava evidente que a “guerra às drogas” era de fato uma guerra contra os setores que protagonizavam a resistência ao status quo bélico e racista.

Com o passar dos anos, o uso de drogas difundiu-se pelo mundo, geralmente despertando alarme e reprovação entre as elites dominantes de diferentes países. No Brasil, então vivendo sob um regime ditatorial civil-militar, a única forma de contestação possível era através do questionamento dos valores conservadores identificados com o “sistema”. Assim já nos primeiros anos da década de 1970 a chamada cultura alternativa tornava-se uma bandeira dos jovens, geralmente de classe média, insatisfeitos com o regime vigente e uma das suas manifestações mais visíveis era o uso de drogas ilícitas, principalmente a maconha. Em resposta, em 1976 foi criada uma legislação draconiana contra o uso de drogas proscritas que nem procurava distinguir usuários de traficantes, submetendo-os aos mesmos rigores punitivos.

A partir de então difundiu-se a ideia de que o uso da maconha seria um vício estrangeiro, importado dos Estados Unidos e da Europa, que ameaçava as instituições políticas, familiares e religiosas da pátria. Para outros menos sofisticados era pura sem-vergonhice. Atualmente, apesar de se ter tornado mais banalizada e de muitos deixarem de ver esse costume como ameaça séria à saúde, especialmente depois que numerosos países começam a regulamentá-lo e a explorá-lo para fins comerciais, a legislação mudou e adquiriu uma aparência mais liberal. O uso em si deixou de ser considerado crime e a repressão foi concentrada nos "traficantes".

Porém a distinção entre um e outro foi deixada vaga, possibilitando grandes arbitrariedades por parte das forças repressivas e um exame mais atento revela que nunca se prendeu tantas pessoas por tráfico. Ocorre que hoje a juventude de classe média não é mais concebida como ameaça ao sistema. São os enormes contingentes de jovens, excluídos das benesses do neoliberalismo vigente na economia e provenientes dos bairros populares, que trazem temor aos donos do poder. Assim, vivemos uma situação em que membros das classes médias tendem a ser considerados como usuários, mesmo se em posse de quantidades consideráveis de drogas ilícitas. Já um jovem da periferia dificilmente escapa dos rigores da lei, mesmo se portando somente um ou dois baseados. Em muitos casos, pode até ser alvo de uma armação policial, sendo-lhe falsamente atribuída a posse de drogas, com a finalidade expressa de encarcerá-lo. Mais uma vez o combate às drogas se revela como um combate contra determinados setores da população.

Devido à ampla publicidade dada ao processo de difusão do uso de drogas pelo mundo a partir dos meados da década de 1960, esquecemos que no Brasil o uso lúdico da maconha tem uma história bastante mais longa e que durante muito tempo foi considerado uma prática quase exclusiva da população afrodescendente e indígena, principalmente do Norte, Nordeste e Rio de Janeiro. Como tal, foi também objeto de perseguição por parte das elites que concebiam esses amplos setores da população como "classes perigosas". Recrudescceu então o combate a práticas culturais desses grupos, como forma de melhor promover o seu controle policial e social.

O presente livro trata justamente desse processo, desenvolvido a partir do final do século XIX, examinando a criação de visões pejorativas do uso dessa planta, baseada na elaboração e difusão de uma série de preconceitos que seriam justificados por uma ciência eugenista, de natureza racista e misógina. Para tanto nos proporciona com informações

sobre o uso lúdico e espiritual da maconha por setores da população negra no Brasil dos séculos XIX e XX, retratando também a criação de uma visão estigmatizante dessas práticas, especialmente por parte de médicos e juristas da época. Grande atenção é dada à figura do Dr. José Rodrigues Dória, médico e político atuando principalmente na Bahia e em Sergipe, que, a partir de uma visão alarmista do uso da maconha, concebida como “a vingança do vencido”, desenvolveu um discurso salvaçãoista para a “raça brasileira”, ao mesmo tempo que fortalecia discriminações de classe e fornecia pretextos para projetos de intervenção disciplinar no modo de vida de populações subalternizadas. A autora cuida também de nos oferecer uma ampla contextualização da obra desse decano do discurso proibicionista e sua relação com a produção científica da época, quando predominavam as noções do chamado racismo científico. Essa importante contribuição historiográfica de Luísa Saad, de leitura estimulante e agradável, é resultado de pesquisa acadêmica, levada a cabo sob a orientação do Prof. João Reis, e atende plenamente às altas expectativas criadas a partir da interlocução dessa talentosa dupla.

Edward MacRae
Salvador, janeiro 2019